



CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

A construção de um currículo em ciências da natureza ancorado no projeto político-pedagógico

The construction of a nature sciences curriculum foregrounded on a political and pedagogical project

Roniere dos Santos Fenner¹; Fabiana Pauletti²; Marcelo Prado Amaral Rosa³; Michel Mendes⁴

RESUMO

Nos últimos anos os professores têm procurado encontrar caminhos para a necessidade de renovação do ensino de Ciências, e com isso, aperfeiçoar os processos de ensino e de aprendizagem nas Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia) nos diferentes ciclos educativos. Esta pesquisa investigou como a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico em cinco Escolas Públicas Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul, serviu de apoio aos professores das Ciências da Natureza, no momento da elaboração do seu próprio material didático. A pesquisa é qualitativa e está ancorado na Análise de Discurso de Moraes e Galiazzi. No texto são apontados pressupostos fundamentais no momento da reconstrução do referido documento. Os pressupostos foram nomeados enquanto categorias de análise, sendo elas: planejamento, avaliação, currículo e trabalhadores em educação.

Palavras-chave: Educação, Currículo em Ciências, Projeto Político-Pedagógico

ABSTRACT

In recent years teachers have sought to find ways to the need for renewal of the teaching of science, and thus, improve the teaching and learning of open cases in Natural Sciences (Chemistry, Physics and Biology) in different educational cycles. This research investigated how the reconstruction of the political-pedagogical project in five State Public Schools of the State of Rio Grande do Sul, served to support teachers of Natural Sciences, at the time of preparing its own teaching materials. The research is qualitative and is anchored in Discourse Analysis Moraes and Galiazzi. In the text are highlighted fundamental assumptions upon rebuild the said document. The assumptions were named as analytical categories, namely: planning, assessment, curriculum and workers in education.

Keywords: Education, Curriculum in Science, Pedagogical Political-Project

DOI <http://dx.doi.org/10.15536/thema.13.2016.5-14.276>

¹UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ²PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; ³UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ⁴UCS - Universidade de Caxias do Sul

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, os professores de Ciências Naturais (Física, Química, Biologia) têm procurado encontrar caminhos para renovar o ensino de Ciências. Sendo assim, estudiosos como Chassot (2001), Maldanner (2000) e Eichler e Del Pino (2010) vêm produzindo e difundindo ideias, propostas e materiais na intencionalidade de contribuir e transformar profundamente a forma de como ensinar Ciências da Natureza nos diferentes ciclos educativos, preferencialmente, no nível médio da Educação Básica (BRAVO, 2005).

Segundo Lopes (2007), as orientações curriculares estavam direcionadas para a prática da memorização e ao acúmulo de informações de caráter meramente descritivo. No final da década de cinquenta, assinalava-se para um ensino de ciências enfatizado pelas observações e experiências, mas ausente de teorias que pudessem conferir uma base racional.

Após o período pós-guerra houve uma fase de valorização do ensino de ciências, especialmente associado à possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico. O progresso científico soviético, em tempos de Guerra Fria, exerceu grande influência na valorização do ensino de ciências (LOPES, 2007).

Nos dias atuais, muito se questiona sobre o verdadeiro papel e as finalidades do ensino de ciências dentro de uma instituição escolar. Chassot, em seu livro *Alfabetização Científica – Questões e Desafios para a Educação* (2001) faz com que se problematize sobre o porquê ensinar Ciência, o quê ensinar de Ciência e como ensinar Ciência. Conforme este autor não se ensina ciências para formar cientistas, mas se ensina Ciências para formar cidadãos capazes de entenderem o mundo do qual fazem parte. Por isso, deve-se fazer do ensino de ciências uma linguagem que facilite o entendimento do mundo, levando os aprendizes a atribuírem significados aos conteúdos específicos das disciplinas. Ensinar Ciência tem relação com aprimorar a leitura do mundo onde estão inseridos, para que sejam capazes de transforma-lo para melhor. Por isso, as iniciativas educacionais devem ser para incentivar os aprendizes a adquirirem senso crítico apurado.

A presente pesquisa teve a intencionalidade em investigar como a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico em cinco Escolas Públicas Estaduais da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Instituto Estadual Rui Barbosa, Escola Estadual de Ensino Médio São Luiz, Escola Estadual de Ensino Médio Carloz Bratz, Escola Estadual de Ensino Escola Estadual Médio São Izidro e Escola Estadual de Ensino Médio Gustavo Langsch), serviu de apoio aos professores de Ciências da Natureza, no momento da elaboração do seu próprio material didático. Com relação à estruturação do texto, apresenta-se em três movimentos: i) abordagem sobre currículo e sua importância; ii) formação de professores e sua relação com o Projeto Político-Pedagógico; e iii) as principais considerações acerca dos aspectos apresentados no decorrer da escrita.

1. CURRÍCULO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Conforme Lopes e Macedo (2010), com exceção de Paulo Freire, a maioria dos autores que faziam referência a currículo no Brasil não eram brasileiros, como por exemplo, Giroux, Apple e Young. Na área da sociologia, apareciam Marx, Gramsci, Bourdieu, Lefèvre, Habermas e Bachelard. Após isso, grupos de trabalhos (GT) de currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação (ANPEd), começaram a aprofundar questões referentes às relações entre conhecimento científico, conhecimento escolar, saber popular e senso comum, seleção de conteúdos, processos de crítica ao conhecimento e aos processos emancipatórios. Tudo para construir um currículo mais próximo da realidade dos estudantes.

Lopes e Macedo (2011) procuram não definir currículo com nova roupagem por entenderem que não é possível tal atividade com precisão. Para os autores, os estudos curriculares, ao longo do tempo, têm definido currículo de formas diversas e que permeiam o que tem sido denominado currículo no cotidiano das escolas. O conceito de currículo acabou ganhando vários significados como, por exemplo, grade curricular, disciplinas, atividades e cargas horárias, conjunto de ementas e os programas das disciplinas, entre outros. E, na maioria das vezes, está atrelado à organização, experiências e situações de aprendizagens realizadas pelos docentes.

Sacristán (2000) entende que currículo é algo que adquire forma e significados educativos na medida em que sofre uma série de processos de transformações dentro das atividades práticas. As condições de desenvolvimento e realidade curricular não podem ser entendidas em seu conjunto. Para o autor, não será fácil melhorar a qualidade do ensino se não mudarmos os conteúdos, os procedimentos e os contextos de realização dos currículos. Muitas vezes *currículo* pode aparecer como um conjunto de conhecimentos ou matérias para serem superadas pelo estudante dentro de um período, ou seja, um programa de certas atividades planejadas, devidamente ordenadas metodologicamente. Na realidade, a função social de um currículo é fazer a ponte, a ligadura entre a sociedade e a escola. É ele que irá encurtar espaços, para que a escola saiba o que a sociedade espera dela e a própria escola saiba mostrar para a sociedade a sua proposta de formação dos indivíduos.

Portanto, currículo e realidade contextual caminham juntos. O currículo tem que ser significativo para o estudante, deve trazer para o campo da análise, a reflexão, problematização, ação, a realidade próxima e distante, os problemas, os conflitos, os preconceitos, as questões de gênero, opção sexual, religiosa, racial, política e cultural. Portanto, o currículo é um contexto globalizado (cognitivo, afetivo, social, motricidade, curiosidade, criatividade, liberdade, habilidades e competências). É o instrumento de compreensão do mundo e da transformação social. Portanto, tudo o que se faz na escola, sistematizado ou não, é currículo. Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico da escola poderá ser o documento que auxiliará o professor a construir seu currículo de acordo com a realidade da escola e dos estudantes que ali estudam.

2. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Estabelecimentos escolares podem ser alegres, ter uma dinâmica de integração e acolhedores; outros se apresentam tristes, aborrecidos e muitas vezes severos. Cada escola tem sua própria identidade, sua própria atmosfera, suas vibrações, que a torna única. A cultura escolar está expressa nos valores coletivos, nas finalidades do sistema político. A escola exerce forte influência sobre aqueles que ali trabalham (THURLER, 2007). A sociedade de modo geral percebe que todos os estabelecimentos escolares não têm a mesma característica cultural, mas dentro de um espaço escolar, a cultura poderá determinar a moral, o prazer, o bem-estar, seu clima ou a eficácia dos professores e alunos. Segundo este autor, para organizar uma ação social no estabelecimento escolar é no sentido de valorizar sua

cultura, a maneira como os hábitos são orquestrados, a forma como os atores percebem e descrevem a realidade.

Dessa forma, muitas vezes a cultura pode ser definida em termos de conhecimentos socialmente compartilhados e transmitidos daquilo que é e deveria ser. Pode também em certos momentos, ser transmitida de modo involuntário e implícito, simbolizadas por meio de atos e produtos, bem como a linguagem, ou seja, o modo como as pessoas falam do seu próprio mundo.

Então, é significativo colocar que as relações entre os atores dentro de uma instituição de ensino podem oscilar entre duas exigências: a primeira obriga a empregar, valorizar uma lógica instrumental, que atende ao interesse do sistema (respeito aos planos de estudos bem definidos, obediência às injunções inovadoras provenientes das autoridades, obrigação de serviços e de resultados prescritos). O segundo, baseada na lógica da existencialidade, proveniente da experiência vivida. Baseado em Thurler (2007) essa lógica pode ser conflituosa, consensual ou coercitiva. Isso irá depender de como a escola conduzirá a inevitável dialética entre diferentes regimes simbólicos, um que expressa à lógica do poder e o outro a lógica do engajamento livremente consentido.

Construir projetos escolares com a participação da equipe diretiva, coordenação pedagógica e professores, é na intenção de dar um norte, naquilo que a escola acredita, é proporcionar uma formação pedagógica de acordo com a realidade local onde está inserida a escola. Nesse sentido, um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outros pontos. Tornar-se instituinte, sem negar a história da escola, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, dos atores e o seu modo de vida. É por isso mesmo, um processo incluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

O cenário que se deslumbra o projeto político- pedagógico da escola é marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Cada uma carrega em seu contexto avanços e recuos, sucessos e insucessos que são derivados do processo político que a própria sociedade vive, de programas que ora são válidos, ora são obsoletos.

O Projeto Político-Pedagógico deve visar o desenvolvimento de competências e valores com as quais os educandos possam assimilar informações e saber utilizá-las em contextos pertinentes. Para ocorrer, o processo de ensino e de aprendizagem em sala de aula é necessário uma maior aproximação, ou seja, uma boa inter-relação entre o professor e o educando. Nessa relação, as partes envolvidas ajudam-se mutuamente para superar os entraves e as dificuldades.

Na perspectiva da sociedade atual, uma proposta pedagógica deve estar comprometida com as diversidades, assumir a cidadania e a autonomia dos sujeitos, para que sejam desveladas as relações de saber, poder e as articulações políticas presentes nessa contextualização. Por isso, é necessário quebrar barreiras, vencer determinados desafios e mudar alguns paradigmas que se internalizaram ao longo dos tempos. Em síntese, é fundamental fazer uma revisão profunda sobre a concepção dos indivíduos e de sua ação enquanto seres políticos, para que possamos equacionar qualquer projeto educativo a serviço das classes sociais, bem como ter um claro entendimento do conceito de cidadania nos processos reais de formação do povo.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os projetos políticos pedagógicos das cinco escolas da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul foram confrontados e analisados individualmente, na intenção de por meio desse exercício, retirar fragmentos que pudessem dar respostas e apontar o que esses documentos apresentam em comum, quanto a suas propostas pedagógicas.

Todos os projetos políticos pedagógicos possuem suas propostas educacionais alicerçadas na construção de um currículo flexível, colaborativo, reflexivo, investigativo e prospectivo. A proposta pedagógica apresentada pelas escolas é, sempre, no sentido de que o estudante assuma compromisso com a vida e o meio ambiente, que saiba viver em comunidade, respeite as diferenças e que seja capaz de projetar o futuro com mais responsabilidade.

A análise de desconstruir os projetos político pedagógicos das escolas está ancorado em Moraes e Galiuzzi (2011). Primeiro acontece à desmontagem dos textos, "*corpus*", denominado de processo da unitarização, que é analisar os textos em seus detalhes e fragmentá-los no sentido de achar as unidades constituintes. Após esse exercício, acontece o processo de categorização. Envolve construir relações entre as unidades de base, confrontando-as e classificando-as. Dentro dessa linha de análise foi realizado o exercício de desconstruir e desfragmentar os projetos político-pedagógicos, a fim de achar os significados mais relevantes e verificar o que esses documentos têm em comum. Após esse exercício, emergiram quatro categorias de análise: a) planejamento escolar; b) avaliação mediadora; c) currículo problematizador e, d) profissionais da educação.

3.1 PLANEJAMENTO ESCOLAR

Em todos os projetos político-pedagógicos das escolas pesquisadas, faz-se referência em ter um bom planejamento para atingir os objetivos traçados por ela, tanto na construção de um currículo escolar, como também como instrumento de apoio na avaliação. Lopes (2011) procura discorrer sobre o planejamento curricular como uma criação própria e aplicação de critérios para a formulação de um plano eficaz de ensino, constituído de objetivos e conteúdos e como orientadores didáticos pedagógicos e critérios de avaliação. Para a autora, planejar significa definir metas e formas de planejamento.

Para as escolas, planejar significa em primeiro lugar uma instância de decisão política (pensar). Em segundo, deve contemplar ações pedagógicas (fazer), sendo um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação. Para o Instituto Estadual Rui Barbosa, o planejamento deve se pautar com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96) oportuniza que a escola se planeje de forma tal, que construa seu currículo alicerçado em uma base comum nacional de conceitos em cada sistema de ensino e uma parte diversificada, onde este planejamento possa contemplar as características regionais e locais (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010).

O planejamento é condição indispensável para a atuação do bom profissional. Mas sem esquecer que todo planejamento curricular é arbitrário e produzido em meio a relações de poder que tornam algumas coisas (in)divisíveis sendo tarefas diárias que talvez possibilitem abrir espaços para o desplanejamento. O desplanejar, segundo Lopes (2011), não significa agir sem pensar, mas agir

segundo um planejamento que, no mesmo ato é desmontado e pensado de acordo com os interesses da comunidade local.

Por isso que a escola estadual de Ensino Médio Carlos Bratz acredita que um planejamento não pode limitar-se a conteúdos e atividades diárias, mas necessita incluir a aprendizagem, comportamento, dificuldades, efetividade de inclusão de todos os sujeitos da escola no processo de crescimento. Para que venha ocorrer uma aprendizagem integral na escola é fundamental a escola disponibilizar espaços, momentos de estudos e diálogo entre professores (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010). Sendo assim, para ocorrer o entrelaçamento de saberes é imprescindível ter um bom planejamento.

Para a Escola estadual de Ensino Médio São Luiz o “ato de ensinar demanda, antes de tudo, estar disponível para o outro e para aprender. E essa disponibilidade inicia-se com o planejamento. A escola e o professor precisam valer-se, permanente e continuamente do seu planejamento” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010).

3.2 CURRÍCULO PROBLEMATIZADOR

Essa categoria de análise está presente em todos os projetos Político-Pedagógicos analisados. Todas as escolas apontam que um currículo deve caminhar no sentido de proporcionar a formação de um cidadão responsável, crítico e reflexivo, na intencionalidade de estar preparado para o mundo do trabalho e principalmente, que tenha plenas convicções de estar apto a enfrentar todos os desafios que a vida poderá lhe impor. Como pode ser analisado no documento da Escola Estadual de Ensino Médio São Izidro:

Currículo escolar deve ser alicerçada no sentido de ser investigativo, reflexivo, colaborativo e prospectivo na intenção de evidenciar a importância de educar nossos estudantes. Para assim, construir no estudante posturas responsáveis, que sejam compromissados e principalmente que saibam viver em harmonia na nossa sociedade” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010, p.6).

O grupo de professores, embora de escolas e localidades diferentes, tem em comum acreditar que todo currículo é construído cotidianamente. Deve ser contextualizador e buscar novas formas de organização para reduzir o isolamento e a fragmentação entre as diferentes disciplinas curriculares.

Segundo Saviani (1994), currículo abrange o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. O currículo é um guia para os encarregados de seu desenvolvimento, um instrumento útil que orientará a prática pedagógica escolar e uma bússola para o professor. Em sentido amplo, “currículo significa todas as atividades educativas planejadas e executadas pela escola, na intencionalidade de desenvolver em plenitude a personalidade do seu estudante” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GUSTAVO LANGSCH, 2010).

3.3 AVALIAÇÃO MEDIADORA

Pensar uma avaliação mediadora, emancipatória, significa rechaçar a crença no sistema tradicional de avaliação. É negar a visão saudosista da escola exigente, disciplinadora, detentora do saber e do poder. As escolas acreditam que uma avaliação ferreteadora só fortalece a dominação e serve como instrumento de poder. Por isso, tentam cotidianamente romper com a cultura da classificação e da hierarquização, muito presente em nossas escolas públicas. De certa forma as escolas, além de

classificar os seus alunos através do seu rendimento na aprendizagem, classificam também pelas suas condutas.

Como afirma Arroyo (2011) classificar, segregar e reprovar se tornaram práticas rotineiras e tocar nelas significa tocar em nossa cultura política social, escolar e docente, o que provoca reações e críticas apaixonadas. É como profanar rituais sagrados. Por isso, a escola não pode com a "avaliação reforçar as diferenças, a hegemonia, mas usar de sua sensibilidade para reduzir o fracasso e a evasão escolar. Precisa ser o registro de uma caminhada construtiva para o estudante" (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GUSTAVO LANGSCH, 2010, p.25).

Segundo a Escola Estadual de Ensino Médio São Izidro, "avaliação caracteriza-se em um processo contínuo, cumulativo e interativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar" (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, p.27, 2010). Para o Instituto Estadual Rui Barbosa a "avaliação tem como finalidade refletir e redimensionar as ações que estão sendo desenvolvidas. O professor e o aluno, numa relação dialética, constroem suas aprendizagens. A avaliação é um momento significativo na construção do saber, e oportuniza o estudante na organização e elaboração de suas próprias aprendizagens. Para o professor, é o momento de reflexão e principalmente de fazer uma auto-avaliação crítica da sua própria prática" (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL RUI BARBOSA, 2010, p.8).

Por isso, como afirma Hoffmann (1999), o processo avaliativo não pode ser padronizável ou objetivo. A consciência da subjetividade que lhe é inerente suscita a necessidade de transformá-lo numa ação investigativa sistemática e contínua da aprendizagem. Os presumíveis critérios (avaliação por notas como processo classificatório) e normas infalíveis passam a estarem sujeitos ao critério de questionamento permanente do professor sobre os juízos emitidos, levando-os a ser um incansável investigador no processo de construção do conhecimento pelo aluno.

Os professores são unicamente os principais responsáveis pelos maus resultados obtidos pelos seus alunos, por isso, devem comprometer-se no sentido de buscar aprimoramento pessoal para poderem trabalhar com mais segurança em sala de aula, um espaço muito complexo. Para Hoffmann (1999), a busca por uma padronização nos métodos avaliativos cria os preconceitos que bloqueiam a visão. Ela ensina a não ver, e graças a essa não visão o poder se torna intangível, pois seus verdadeiros mecanismos não podem ser desvendados. Quanto mais se degradam as condições sociais dos setores populares, mais seletiva se torna a escola, mais difícil se torna à infância e a adolescência acompanhar o elitismo de seus processos excludentes (ARROYO, 1992). Por isso, a avaliação deve ser realizada de forma dialógica, investigativa participativa e democrática. O processo educativo é entendido como um todo, sendo que o ensino e a aprendizagem devem ocorrer simultaneamente.

3.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Esta categoria de análise representa o exercício profissional dos educadores em educação. Há nos projetos políticos-pedagógicos um consenso da importância de refletir sobre o valor que tem de ser dado aos profissionais da educação, bem como, suas responsabilidades docentes frente à escola, aos alunos e à comunidade escolar. Ancoro-me nas palavras de Vasconcelos (2006) sobre a importância do professor: "O professor é necessário, mas não qualquer professor. Se é para ser um tomador de conta das crianças, um dador de aula, um piloto de livro didático ou de apostila padronizada, então qualquer um pode exercer esta função" (p.153).

Para o autor, o verdadeiro educador deve ser um sujeito extremamente exigente consigo mesmo. Exigente com os estudantes, com a sociedade. Por isso, não basta exigir que o estudante tenha disciplina, espírito de pesquisa, motivação, compromisso, se ele não demonstrar estas qualidades. O professor deve exigir participação, mas tem que estar envolvido no processo, comprometido por melhores condições de trabalhos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, ele deve expressar em seu fazer cotidiano (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GUSTAVO LANGSCH, 2010).

Para a Escola Estadual de Ensino Médio Gustavo Langsch, o educador não é uma pessoa que apenas ministra aulas, mas tenta construir conhecimento juntamente com seus estudantes. Um profissional que saiba que tem compromisso com o ambiente, com a vida e com a sociedade. A Escola Estadual de Ensino Médio São Izidro, além de apontar esses pressupostos, acredita nas relações profissionais e interpessoais são fundamentais para uma boa relação de direitos e deveres, pautada pelo princípio da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e para uma gestão democrática.

Para as escolas contexto, o ser professor é um exercício de uma função social, cultural e política. A ação dos profissionais da educação é resultado destas concepções e posicionamentos. O ofício do mestre deve estar voltado a um projeto direcionado para o bem-estar da sociedade. Assim, os professores, direção e coordenação pedagógica devem estar atentos às questões que fazem parte do nosso cotidiano, como por exemplo violência, racismo, meio ambiente, entre outros.

Nos dias de hoje, o profissional docente não pode ser aquele que admita improvisações e simplificações ou aquele professor que ainda acredita que para ser um bom profissional, basta um bom conhecimento da matéria, algo de prática e alguns complementos psicopedagógicos (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 2011). Segundo a Escola Estadual de Ensino Médio Gustavo Langsch, além de ter uma boa compreensão da matéria a ser ensinada, ele deve comprometer-se e engajar numa proposta coletiva de trabalho em educação, que tenha consciência da ação transformadora de sua ação, que busque qualificação permanente e reinventa e reflita sobre sua prática cotidianamente.

Reinventar uma prática é problematizá-la. Se responsabilizar pela aprendizagem do estudante é (re) significar as práticas, é dar sentido para a vida.

O educador deve colocar-se junto ao aluno, como alguém que problematiza um mundo real e imaginário, contribuindo para que o mesmo possa compreendê-lo, tentando vivenciar seus conflitos e invenções curiosidades e desejos (FREIRE, 1996).

Diálogo e problematização, segundo consta nos projetos político-pedagógicos, caminham juntos. O diálogo é condição para o conhecimento (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GUSTAVO LANGSCH, 2010) por isso, não pode o trabalho do profissional docente ser individual, necessita caminhar coletivamente, integrar as disciplinas para acontecer o entrelaçamento dos saberes e assim, encontrar soluções e alternativas. Por isso, a pesquisa deve ser um elemento constante na atividade pedagógica dos professores envolvidos no processo (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO CARLOZ BRATZ, 2010).

Fica explícito que as escolas acreditam que o professor não pode ser concebido como um técnico que simplesmente aplica rotinas padronizadas predefinidas, como sendo a melhor maneira de orientar

racionalmente sua prática. Ou seja, a intervenção do professor é igual a que ocorre com qualquer prática social, um autêntico processo de investigação. A orientação meramente técnica da função docente desprofissionaliza, sem dúvida, os professores (ELLIOTT, 1990).

O ato de aprender sempre foi e será uma necessidade do ser humano. Necessidade que encerra muitos conflitos e problemas, apesar da sua importância. Nem sempre se adapta às formas do aprender e do ensinar. Daí a necessidade da construção de uma escola que priorize o processo de aprendizagem, no qual as crianças e os jovens despertem para os prazeres pela aprendizagem e o façam através de práticas desafiadoras em seus modos de produção contextualização e interpretação.

É dentro deste contexto que está o professor comprometido na construção de novas aprendizagens com intencionalidade pedagógica e com a finalidade de levar o aluno a expressar suas ideias com clareza. Assim como, analisar informações e proposições de forma contextualizada, com capacidade de tomar decisões e argumentar, resolvendo conflitos e problemas.

CONCLUSÕES

Após uma análise criteriosa dos Projetos Político-Pedagógicos das cinco escolas públicas, verificou-se que questões como currículo, avaliação, planejamento e trabalhadores da educação, não podem ficar de fora do respectivo documento. Isso mostra que a construção coletiva do projeto pedagógico, faz com que a escola proporcione aos seus professores uma formação continuada no decorrer desta construção.

Conclui-se que todo Projeto Político-Pedagógico quando construído de forma coletiva (pais, estudantes, equipe diretiva e funcionários de escola) pode oportunizar o resgate da identidade da escola. Além disso, por meio desse documento é dada a oportunidade de ocorrer à construção de um currículo voltado para a realidade do estudante.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. Em aberto: Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992, p.46-53.

_____. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRAVO. Agustín Adúriz. **Una Introducción a La naturaleza de La ciência: La epistemologia em La enseñanza de las ciencias naturales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica S.A., 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de Professores de Ciências, Tendências e Inovações**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHASSOT. Attico. **Alfabetização Científica: Questões e desafios para a educação**. Ijuí: Unijuí, 2001.

EICHLER. Marcelo Leandro. DEL PINO, José Cláudio. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Desenvolvimento e Avaliação de um Projeto em Educação Ambiental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

- ELLIOTT, John. **La investigación-acción em educación**. Madrid: Morata, 1990.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995.
- HOFFMANN, Jussara. **Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Unijuí, 2007.
- LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth.(org). **Currículo: debates contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALDANER, Otávio. **A formação Inicial e Continuada de Professores de Química**. Professores/ Pesquisadores. Injuí: Unijuí, 2000.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2011.
- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Médio Carlos Bratz. 2010.
- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Médio São Luiz. 2010.
- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Instituto Estadual de Ensino Médio Rui Barbosa. 2007.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo. Uma Reflexão sobre a Prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, N. **Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas: autores Associados, 1994.
- THURLER, Mônica Gather. Trad. Jeni Wolf. **Inovar no Interior da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- VASCONCELOS. Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** – elementos metodológicos para a elaboração e realização. 15ªEd. São Paulo: Libertad Editora, 2006.